VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

VALTER MOURA DO CARMO

CAROLINE VARGAS BARBOSA

LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS

Copyright © 2023 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU – São Paulo
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR – Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade – UNIMAR/FEPODI – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Ceará
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS – Sergipe
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR – São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes – UNB – Distrito Federal
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – São Paulo
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo
Comunicação:
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB – Paraíba
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC – Santa Catarina
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Prof. Dr. José Barroso Filho – ENAJUM
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Eventos:
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec – Minas Gerais
Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC – Paraná
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – Mato Grosso do Sul

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UMICAP – Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Caroline Vargas Barbosa; Livio Augusto de Carvalho Santos; Valter Moura do Carmo – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-667-3
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Direito e Políticas Públicas na era digital

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Gênero 3. Sexualidades. VI Encontro Virtual do CONPEDI (1; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Apresentação

O VI Encontro Virtual do CONPEDI, ocorrido entre os dias 20 e 24 de junho de 2023 em formato 100% digital, foi realizado em parceria com a Faculdade de Direito de Franca e a Faculdades Londrina, tendo apresentado como temática central "Direito e Políticas Públicas na era digital". As discussões em torno da temática foram de muito relevo, nos painéis, nos Grupos de Trabalho de artigos e durante as apresentações de pôsteres.

Os trabalhos contidos nesta publicação foram apresentados como pôsteres no Grupo "GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO". Todos passaram previamente por, no mínimo, dupla avaliação cega por pares. Durante o evento os trabalhos foram apresentados de forma virtual e posteriormente foram realizados debates entre os apresentadores, os coordenadores e os demais participantes. Foram apresentados resultados de pesquisas desenvolvidas em diversas instituições do país, que retratam parcela relevante dos estudos, que têm sido produzidos na temática central do Grupo de Trabalho.

Os trabalhados aprovados e apresentados no supramencionado GT foram: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO COMBATE DA TRANSFOBIA RACISTA NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE OS DADOS DA ANTRA DO ANO DE 2022 de autoria de Thiérry Willian De Moura Coelho; A EXTENSÃO DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO ÀS MULHERES TRANSEXUAIS NO BRASIL: ANALOGIA IN MALAM PARTEM OU GARANTIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE? de autoria de Beatriz Nascimento Costa Mourão Nogueira; A SEGREGACÃO NO ACESSO À CIDADE NA PERSPECTIVA DE RAÇA E GÊNERO DA MULHER PRETA NA CIDADE DE BELÉM de autoria de Érica Pinheiro de Albuquerque Leal; A TRANSIÇÃO DO ALISTAMENTO MILITAR PARA TRANSGÊNEROS NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL de autoria de Laura Samira Assis Jorge Martos e orientado por José Antonio de Faria Martos.

Os seguintes trabalhos: A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE DA META 5.2 DA AGENDA 2030 de autoria de Patrícia Lima Feitosa Leão; AS MULHERES RIBEIRINHAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ABORTO de autoria de Emilli Mailly Miranda de Aquino e orientado por Luanna Tomaz de Souza; AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS de autoria de Maria Inês Lopa Ruivo e orientado por Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; CASAMENTO INFANTIL E NORMAS

SOCIAIS: EM BUSCA UM NOVO QUADRO TEÓRICO PARA COMPREENDER O FENÔMENO de autoria de Rafaela Missaggia Vaccari; ENTREGUE AOS LOBOS: A QUESTÃO DO ASSÉDIO E OS APLICATIVOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS orientado por Caio Augusto Souza Lara; INTERSECCIONALIDADE E FEMINICÍDIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA de autoria de Bruna Santana da Encarnação; MULHERES TRANS NO MERCADO DE TRABALHO: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVA DE OPORTUNIDADES NO EMPREENDEDORISMO de autoria de Larissa Moraes e Ananda Viana de Miranda, sendo orientadas por Roberta Pinheiro Piluso;

E por fim os trabalhos: REVISÃO DE LITERATURA DO ACESSO AO ABORTO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO de autoria de Ana Clara Feitosa Barros, sendo orientada por Luanna Tomaz de Souza; VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES E MENINAS INDÍGENAS: ANÁLISE DO DESCASO HISTÓRICO/ESTRUTURAL E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A ESSAS MINORIAS NO BRASIL de autoria de Maria Eduarda Machado de Andrade Santos e de Ana Caroline Santana Alves Sobreira, sendo orientadas por Grasielle Borges Vieira De Carvalho; A SUBJETIVIDADE NA NOVA IDENTIDADE ALGORITIMICA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS DE PLATAFORMA E ROTULAÇÃO RELACIONADAS ÀS MULHERES de autoria de Amanda Rodrigues Tonoli.

As apresentações dos trabalhos foram divididas em dois blocos, no primeiro foram abordados trabalhos envolvendo temáticas Trans e no segundo políticas públicas de gênero com foco nas mulheres. Após as apresentações e debates ficaram evidenciadas a diversidade e a qualidade dos trabalhos apresentados pelos (as) pesquisadores (as) que acrescentam para a ciência e a sociedade.

Agradecemos a todos (as) os (as) pesquisadores (as), colaboradores (as) e pessoas envolvidas nos debates e na organização do evento pela sua inestimável contribuição, bem como desejamos uma excelente leitura!

Profa Ma. Caroline Vargas Barbosa - UnB

Prof. Me. Livio Augusto de Carvalho Santos – UNIMAR

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA

AS GARANTIAS DA PESSOA TRANS ÀS PRÁTICAS DESPORTIVAS E O COMBATE A DESINFORMAÇÕES NA REDES SOCIAIS.

Maicon Rodrigues Pereira

Resumo

INTRODUÇÃO. A Transexualidade transcende a capacidade da determinação de gênero da pessoa baseada pelo órgão genital de nascimento, ela está relacionada a identificação de gênero do indivíduo, ou seja, é o ato de reivindicação ao reconhecimento da pessoa trans como homem ou mulher, independente do seu órgão genital e orientação sexual (JESUS, et al.,2012). Ainda em pleno século XXI, é possível identificar a dificuldade em que está comunidade possui em ter acesso as garantias públicas necessárias para a sua construção como um cidadão brasileiro. Diante deste contexto é possível identificar uma representação em massa da comunidade transgênero no Brasil que lutam pela sua existência, alcançando o direito ao nome, ao respeito a sua identidade e principalmente a inclusão na sociedade (JESUS, et al.,2012). E principalmente pela inclusão das Mulheres Trans ao esporte, como afirma Jones (2016, p.81.) "o esporte se manifesta como uma das ferramentas essenciais para a inclusão, promovendo não só a inserção deste grupo a sociedade, como também viabilizando benefícios tanto mentais quanto físicos". PROBLEMA DE PESQUISA. A realidade apresentada no âmbito desportivo brasileiro demonstra que o número de pessoas trans inseridas ao esporte, que de fato o praticam na categoria pela qual se identifica é mínima, tanto em ambientes escolares, amadores e principalmente profissionais, isso se dá, por conta do atual cenário de exclusão das minorias imposta pela sociedade (COELHO; MACHADO; LUZ; COSTA apud JONES,2016). Tal situação é o resultado de um movimento contrário, feitos principalmente por grupos e pessoas em suas redes sociais, criticando a legitimidade ao acesso da comunidade trans ao esporte em sua respectiva categoria de identificação, baseados em achismos e preconceitos, onde são disseminados em redes sociais, consideradas como "a terra de ninguém", dificultando ainda mais o acesso da comunidade. A partir deste cenário, é possível correlacionar a legislação com a realidade apresentada, ou seja, quais são as garantias de acesso a estas pessoas. OBJETIVO. Estudar a legislação brasileira vigente que garante a toda pessoa trans a sua inclusão a praticas desportivas formais e não formais. MÉTODO. Método de pesquisa qualitativo, em sentido estrito, é o hipotético dedutivo, a partir de um levantamento bibliográfico e do artigo 217 caput da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a lei n°. 9.615/1998, art. 2. ° e inc. III, a respeito do tema proposto. Para isso foi realizada a coleta de publicações do público e profissionais ligados ao esporte brasileiro, acerca do acesso e a legitimação da pessoa trans as práticas desportivas. RESULTADOS ALCANÇADOS. O art.217 caput da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, afirma que "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um" (BRASIL, 1988, art.217, caput). Proporcionando quaisquer atividades que tem como objetivo à competição esportiva,

alcançando à melhoria da saúde física e mental da pessoa. A lei nº 9.615/1998, o artigo 2º e inciso III afirma que: “da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva”. Trazendo em seu teor à garantia de acesso a atividades desportivas sem distinção ou discriminação de seus praticantes, vedando assim quaisquer atos discriminatórios contra os atletas ou entidades esportivas no âmbito das práticas de desporto sendo elas formam ou não formam. Entretanto, mesmo com o ordenamento jurídico brasileiro garantindo acesso a esta política pública desportiva, ou seja, legitimando a inclusão de pessoas trans a pratica desportiva em sua respectiva categoria de acordo com a sua identificação de gênero é possível identificar inúmeras publicações em redes sociais apresentando diversas informações falsas “Fake News” e fomentação ao ódio totalmente baseado ao preconceito de uma sociedade preconceituosa, prejudicando o avanço e alcance desta comunidade acerca de suas garantias.

Palavras-chave: Transgêneros, Direito Desportivo, Desigualdade de Gênero, Política Pública, Redes Sociais

Referências

JESUS, G. D. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. Revista do programa de pós-graduação em ciências da UFRN, v. 11, n. 2, julho/dezembro 2010

COELHO; MACHADO; LUZ; COSTA. Atletas transgêneros: tabu, representatividade, minorias e ciências do esporte. Revista de Trabalhos Acadêmicos UNIVERSO São Gonçalo – Vol. 3 – Nº 5 – 2018 – ISSN 2179- 15892018, p. 31-33. 2018

COELHO A.V; CAETANO M; COELHO S.C. Cidadania Trans o Acesso à Cidadania por Travestis e Transexuais no Brasil. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=YpXcDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=cidadania+da+pessoa+trans+&ots=2BT0UFazGQ&sig=gj9Pq3jEbJoZStIi7G2arFQZgwc#v=onepage&q=cidadania%20da%20pessoa%20trans&f=false. Acesso em: 20 abril. 2023

JESUS, J.G de. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília: Autor, 2012. 24p. : il. (algumas color.) Protocolo EDA / DF 2012 nº 366. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 20 abril. 2023